



CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA
SECRETARIA

Processo N° 1000 de 195

Promovente:

PREFEITO MUNICIPAL DE POMPEIA

PROJETO DE LEI Nº 21/53

Assunto:

Dispõe sobre pagamento de Cr. \$ 7.700,00 ao Advogado Dr. João
Ellas por serviços prestados a Prefeitura.

ANDAMENTO

A C. de Justiça em	Devolvido em	A C. de Finanças em	Devolvido em
1 JUN 1953	10 JUN 1953	10 JUN 1953	12 JUN 1953

Observações:

Arquivado em

25 JUN 1953

DIRETOR DA SECRETARIA



Prefeitura Municipal de Pompéia

ESTADO DE SÃO PAULO

Of. N.º 324/53

Assunto:

EM 25 de Maio de 1.953.

Remetendo projeto de Lei

Senhor Presidente.

21/53

Com o presente, temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, a fim de ser submetido a aprovação dessa Egrêgia Câmara, o anexo projeto de Lei, dispondo sobre a abertura de um crédito especial de Cr. \$ 7.700,00, destinado a ocorrer ao pagamento dos serviços prestados à Prefeitura pelo advogado Dr. João Antiqueira Elias, no exercício de 1.952.

Deixamos de fazer a necessária justificativa para este projeto uma vez que o mesmo já foi objeto de estudo por parte dessa Egrêgia Câmara, a qual nos devolveu pelo ofício nº 437/53, para apresentação de novo recurso uma vez que o apresentado anteriormente havia se tornado inábil com o término do exercício anterior.

Reiteramos a Vossa Excelência os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Constantino Marcolino de Souza

CONSTANTINO MARCOLINO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

À Sua Excelência o Senhor
Dr. Durval de Carvalho e Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Pompéia

N e s t a



Prefeitura Municipal de Pompeia

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº

21/53

O PREFEITO MUNICIPAL DE POMPEIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal decretou e ele promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º) - Fica aberto, na Contadoria Municipal, um crédito especial de Cr.\$ 7.700,00 (sete mil e setecento cruzeiros) destinado a ocorrer ao pagamento dos serviços prestados à Prefeitura pelo advogado João Antigueira Elias, no exercício de 1952.

Artigo 2º) - Fica anulada, parcialmente, a seguinte verba orçamento vigente:-

1 2 1/8-13-0 - EXAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA - PESSOAL FIXO

III- Vencimentos do 1º Escriurário Cr.\$ 7.700,00

Artigo 3º) - O valor do presente crédito será coberto com recurso proveniente da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA, EM 22 DE MAIO DE 1953.

Constantino Marcolino de Souza

CONSTANTINO MARCOLINO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL.

PARECER Nº 86/53 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sobre o Projeto de lei 21/53

Quando da exercício passado, esta Camara Municipal, acertadamente deliberou que se devolvesse um projeto de lei no mesmo sentido, a fim de que o sr. Prefeito apontasse o recurso necessario e legal para cobertura das despesas oriundas do projeto referido.

Acertou desta vez o senhor Chefe do Executivo em remeter um projeto lei apontando determinado recurso financeiro.

No entretanto, como a questão de recursos cabe simplesmente a Comissão de Finanças opinar, esta Comissão apenas tem a dizer que o presente projeto lei é constitucional, por estar enquadrado nos termos do item XII do artigo 52 da Lei Organica dos Municipios.

É constitucional porque no quadro de funcionarios do municipio, atualmente não existe o cargo de procurador judicial que deveria ser ocupado por um advogado, e não existindo referido cargo, é de inteira competencia do sr. Prefeito contratar advogado para representar o municipio perante outros municipios e os poderes do Estado e da União, bem como representa-lo em juizo.

Este é o nosso parecer salvo melhor juizo

Sala das Comissões em 10 de Junho de 1953

Sergio Francisco Barguil
Sergio Francisco Barguil
Relator

Manoel Pinto Fonseca

PARECER Nº 93/53 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Sobre o Projeto de lei 21/53

O recurso apresentado no presente projeto lei é legal, pois está-se anulando uma verba correspondente a um cargo extinto.

Considerado constitucional pela Comissão de Justiça, e legal na apresentação do seu recurso, esta Comissão opõe pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de Junho de 1953

Luiz Melges
Relator

Luiz Melges

Salvador M. Almeida